



**Fundação Educacional do Município de Assis  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis  
Campus "José Santilli Sobrinho"**

**WILSON VALADÃO JÚNIOR**

**POLÍTICA ECONÔMICA DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO  
FEDERAL DO BRASIL**

Assis/SP  
2011

WILSON VALADÃO JÚNIOR

POLÍTICA ECONÔMICA DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO  
FEDERAL DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como  
requisito do curso de Graduação.

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Assis/SP  
2011

## FICHA CATALOGRÁFICA

VALADÃO JUNIOR, Wilson

Política Econômica de Investimentos do Governo Federal do Brasil / Wilson Valadão Junior. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA -- Assis, 2011.

50 p.

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA

1. Política Econômica. 2. Economia do Setor Público. 3. Governo Federal

CDD: 658

Biblioteca da FEMA

POLÍTICA ECONÔMICA DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO  
FEDERAL DO BRASIL

WILSON VALADÃO JUNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do curso de Graduação, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Analisador: Prof. Ms. Fernando Antonio Soares de Sa Junior

Assis/SP  
2011

## AGRADECIMENTOS

Ao bom DEUS, Senhor da criação, Aquele que tornou todas as coisas possíveis.

À minha mãe, Sr.<sup>a</sup> Suelita Salete Bechelli Valadão, modelo de dedicação e determinação, minha maior incentivadora e motivadora, a quem costumo chamar “minha guerreira”.

Aos amigos e familiares, aqueles que me proporcionam alegria, sustento, força e amparo em todos os momentos.

À minha futura esposa, Marili André Coelho, que me traz a perspectiva de um futuro feliz e abençoado.

Aos professores responsáveis pela minha formação, em especial o Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira, que me orientou neste trabalho de conclusão de curso.

## RESUMO

O trabalho descreve a temática envolta à Política Econômica de Investimentos do Governo Federal do Brasil, através do qual busca-se compreender sua execução, e, conseqüentemente, entender o processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico pelo qual passa o país atualmente. Com a evolução tecnológica global dos últimos anos, as nações de todo o mundo, inclusive a brasileira, se viram inseridas em um novo cenário de tendências. Neste novo cenário, entenderemos pelo estudo constante deste trabalho, a forma como o Brasil tem se adaptado para atender as novas demandas que surgiram com esse avanço, e como o domínio do tema em questão se faz importante para as iniciativas públicas e privadas, no que diz respeito ao surgimento de novas oportunidades para o equilibrado crescimento e desenvolvimento macroeconômico, visando o bem-estar social.

Palavras-chave: Política Econômica; Economia do Setor Público; Governo Federal.

## ABSTRACT

The Work describes the thematic wrapped the Economic Politics of the Federal Government Investment in Brazil, through which we seek to understand its implementation, and, consequently, understand the growth and development socioeconomic process through which passes the country lately. With the global technologic evolution in last years, all the world nations, including brazilian, have found themselves placed in a new trend scenario. On this new environment, we will understand by the constant study of this work, how Brazil has adapted to meet the new demands that arose from this progress and as the domain of the topic is important for the public and private initiatives, with regard to the emergence of new opportunities for balanced growth and macroeconomic development, for the well-being.

Keywords: Economic Politics; Public Sector Economics; Federal Government.

## RESUMEN

El documento describe la temática política envuelta Inversión Económica del Gobierno Federal de Brasil, a través del cual tratamos de entender su ejecución, y por lo tanto entender el proceso de crecimiento y el desarrollo socioeconómico a través del cual pasa el país hoy en día.

Con amplio desarrollo tecnológico de los últimos años, las naciones de todo el mundo, incluyendo a Brasil, que se encuentra colocado en una nueva serie de tendencias.

En este nuevo escenario, entendemos que el estudio constante de este trabajo, la forma en que Brasil se ha adaptado para satisfacer las nuevas demandas que surgieron de este progreso, y que el dominio del tema es importante para las iniciativas públicas y privadas, en se refiere a la aparición de nuevas oportunidades de crecimiento equilibrado y el desarrollo macroeconómico, para el bienestar.

Palabras clave: Política Económica, Economía del Sector Público, el Gobierno Federal.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DE POLÍTICAS ECONÔMICAS.....</b>	<b>11</b>
1.1 CONCEITOS .....	11
<b>1.1.1 Políticas Econômicas.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1.2 Macroeconomia .....</b>	<b>12</b>
1.2 BREVE RELATO DO CENÁRIO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS.....	13
<b>1.2.1 Avanço do Processo Tecnológico e Científico .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2.2 Aumento da Taxa de Investimentos Diretos do Exterior .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2.3 Insuficiência na Melhoria da Condição Social.....</b>	<b>18</b>
1.3 O PAPEL DO SETOR PÚBLICO NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS.....	20
<b>1.3.1 Atribuições.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3.2 Principais Funções do Setor Público.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA.....</b>	<b>23</b>
2.1 A POLÍTICA ECONÔMICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA.....	23
<b>2.1.1 Conceito de Política Monetária.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.2 Implicações da Política Monetária na Economia.....</b>	<b>24</b>

2.2 A POLÍTICA CAMBIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA ...	27
<b>2.2.1 Conceito de Política Cambial.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2.2 Implicações da Política Cambial na Economia.....</b>	<b>27</b>
2.3 A POLÍTICA FISCAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA .....	30
<b>2.3.1 Conceito de Política Fiscal .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3.2 Implicações da Política Fiscal na Economia .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO III – POLÍTICA ECONÔMICA SOB A ÓTICA DOS GASTOS DO GOVERNO.....</b>	<b>35</b>
3.1 CUSTEIO X INVESTIMENTOS - GOVERNO FEDERAL DO BRASIL .....	35
3.2 A POLÍTICA ECONÔMICA DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL DO BRASIL.....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

Após muitos anos de estagnação ou avanços insignificativos, atualmente o Brasil está sendo marcado por uma evidente transformação econômica, social e política.

A economia brasileira, em expansão, apresenta uma taxa de investimentos diretos do exterior que a coloca, pela primeira vez, entre os dez maiores destinos de investimentos no mundo, segundo dados divulgados no início de 2011 pela Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Paralelamente, então, aumenta de forma significativa a necessidade de um crescimento macroeconômico equilibrado, envolvendo iniciativa pública e privada, para que internamente, o país seja capaz de absorver com dinamismo o “boom” do desenvolvimento.

Sabendo da importância das políticas econômicas para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país, abordaremos a temática que envolve a política econômica de investimentos do Governo Federal do Brasil buscando compreender o contexto em que está inserida, com vistas às práticas e questões de responsabilidade social na atuação dos profissionais de gestão, pública ou privada, por meio do estudo da evolução histórica e conceitual das políticas econômicas no Brasil e as diversas formas como estas implicam na economia em um cenário global de notável avanço do processo tecnológico e científico, sob a ótica dos gastos realizados pelo governo brasileiro em favor do desenvolvimento.

## **CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DE POLÍTICA ECONÔMICA**

Neste capítulo inicial, daremos ênfase ao estudo conceitual e à evolução, ao longo dos últimos cinquenta anos, das políticas econômicas no contexto em que estão inseridas.

Desencadeando este entendimento, destacamos, cronologicamente, a fundamentação de alguns autores sobre o conceito de políticas econômicas.

### **1.1 CONCEITOS**

#### **1.1.1 Políticas Econômicas**

No início da década de 1960, Tinbergen (1961) *apud* Serra (2000, s. p.) registra que “a política econômica consiste na conjugação deliberada de certos meios para alcançar determinados fins da área econômica”.

Na década seguinte, Kirschen (1974) *apud* Serra (2000, s. p.) relata que política econômica é o “processo pelo qual o governo hierarquiza certos objetivos à luz dos seus fins de política econômica geral e usa instrumentos ou alterações institucionais para os alcançar”.

Quatro anos mais tarde, Mossé (1978) *apud* Serra (2000, s. p.) define políticas econômicas como sendo o:

conjunto de decisões coerentes tomadas pelos poderes públicos visando alcançar certos objetivos relativos à situação econômica de um conjunto nacional, infranacional ou supranacional, através de diversos instrumentos e num quadro de maior ou menor prazo

Já ao fim do século passado, Amaral (1996) *apud* Serra (2000, s. p.) tem o seguinte entendimento: “[...] entendemos por política econômica a atuação dos poderes públicos em domínios econômicos destinada à obtenção de resultados previamente escolhidos”.

E, mais recentemente, segundo Cleto; Dezordi (2002, p.16), “entendem-se como políticas econômicas, as ações tomadas pelo governo, que, utilizando instrumentos econômicos, buscam atingir determinados objetivos macroeconômicos”.

À luz da fundamentação dos referidos autores, entendemos que políticas econômicas são esforços planejados que o governo empreende, por seu papel, no sentido de otimizar os mais diversos indicadores macroeconômicos, com o objetivo de obter uma sociedade mais justa, igualitária, e, que garanta efetivamente os direitos, deveres e inclusão, à população.

### **1.1.2 Macroeconomia**

Buscando entender o significado de macroeconomia e enumerando os seus principais indicadores, temos uma citação conceitual de Xavier (2007, s. p.), conforme segue:

Macroeconomia é o estudo do comportamento agregado de uma economia, ou seja, das principais tendências (a partir de processos microeconômicos) da economia no que diz respeito principalmente à produção, à geração de renda, ao uso de recursos, ao comportamento dos preços, e ao comércio exterior. Os objetivos da macroeconomia são principalmente: o crescimento da produção e consumo, o pleno emprego, a estabilidade de preços, o controle inflacionário e uma balança comercial favorável. Dentre os principais indicadores macroeconômicos temos:

PIB – Produto Interno Bruto, Relação Dívida/PIB, PNB – Produto Nacional Bruto, PIB per capita, PNB per capita, Crescimento Econômico, Investimentos Estrangeiros, Inflação, Reservas Internacionais, Taxa Dólar, Taxa de juros, Balança Comercial, Risco País, Produção Industrial (mensal), Pesquisa Mensal Do Comércio, Taxa De Desemprego, Força de Trabalho. Outros Indicadores: Salário Mínimo, Índice De Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Esta definição nos permite compreender a relação que existe entre os indicadores macroeconômicos, o comportamento da economia e os reflexos que estes causam no quadro socioeconômico do país.

Em análise de Garcia; Vasconcellos (2002, p. 83), a macroeconomia:

“[...] estuda a economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grandes agregados, tais como: renda e produto

nacionais, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio”.

Já Cleto; Dezordi (2007, p. 16) afirma que:

A macroeconomia propõe-se a responder questões tais como: Qual o motivo de tanto desemprego? Por que o Brasil é deficitário no Balanço de Pagamentos? A inflação poderá voltar? O que fazer para baixar a taxa de juros?

Questões estas que refletem diretamente no bolso dos consumidores e, conseqüentemente, no quadro social nacional.

Gordon (2000, p. 3) discorre sobre a preocupação da macroeconomia:

A Macroeconomia se preocupa com as grandes questões econômicas que determinam o nosso bem-estar econômico, bem como o de nossa família e de todos aqueles que conhecemos. Cada uma dessas questões envolve o desempenho econômico geral da nação, ao invés do desempenho de indivíduos.

Desta forma, estabelece-se justificada importância das políticas econômicas para o controle dos indicadores macroeconômicos. É a eficácia nesse controle que proporcionará o bem-estar geral da população.

## 1.2 BREVE RELATO DO CENÁRIO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS

Numa análise da evolução da economia brasileira nos últimos anos, e para que se entenda o que ocorre atualmente no cenário político, social e econômico, citaremos três fatores relevantes neste estudo: o avanço do processo tecnológico e científico, o aumento da taxa de investimentos diretos do exterior e a insuficiência em assegurar, paralelamente ao desempenho econômico, a melhoria substantiva da situação social.

Observemos a relevância de cada um desses fatores, inseridos nesse cenário.

### 1.2.1 Avanço do Processo Tecnológico e Científico

O avanço do processo tecnológico e científico tem destacada importância no entendimento das políticas públicas sob a ótica macroeconômica, pois tal avanço tem determinado um novo rumo no que diz respeito à inclusão social, e conseqüentemente, aos investimentos, dos mais diversos tipos, e por iniciativa das diferentes esferas para atender essa demanda.

Este avanço é notório e facilmente detectável nas mais diversas áreas de conhecimento, em todo o mundo, e, em especial no Brasil nos últimos anos, como podemos observar nas seguintes publicações.

Neste trecho de artigo, Felipe (2007, s. p.) relata que:

Houve no Brasil um grande avanço científico nos últimos trinta anos. A iniciativa consistente para construir a competência científica, através do treinamento de pessoal qualificado dentro e fora do país, foi indiferente às oscilações político-econômicas, tanto em nível federal como estadual: hoje o Brasil responde por 1,3% dos artigos científicos publicados em revistas indexadas internacionais. Estabeleceu-se ainda no país uma forte estrutura de pós-graduação, responsável pela formação de cerca de 10 mil doutores por ano e que, em trinta anos, levou o Brasil a triplicar sua contribuição científica relativa no mundo.

Gois (2009, s. p.) publica:

De 2007 para 2008, a produção científica brasileira cresceu 56% e o país passou da 15ª para a 13ª colocação no ranking mundial de artigos publicados em revistas especializadas.

No entanto, a qualidade dessa produção --medida pelo número de citações que um artigo gera após ser publicado-- continua abaixo da média mundial.

Os dados que mostram o crescimento da produção científica brasileira foram divulgados , 05/05/2009, pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, em evento na Academia Brasileira de Ciências no Rio, e foram produzidos a partir da base de dados Thomson-ISI.

Já a informação sobre o impacto da produção acadêmica brasileira consta do site do instituto Thomson Reuters. Os dados mais recentes foram divulgados no dia 3 deste mês.

No aspecto quantitativo, o Brasil foi o país que mais cresceu na lista das 20 nações com mais artigos publicados em periódicos científicos indexados pelo ISI. Em 2008, 30.145 artigos de instituições brasileiras foram aceitos nessas publicações. Em 2007, esse número era de 19.436.

Com o crescimento, o Brasil ultrapassou Rússia e Holanda no ranking. Esses 30 mil artigos representam 2,12% da produção mundial.

Já a dimensão qualitativa --pesquisada entre 2003 e 2007, intervalo maior de tempo para captar melhor o número de citações a um artigo em outros textos acadêmicos-- mostra que a área em que o Brasil mais se aproxima da média mundial de citações é matemática, em que cada texto mereceu 1,28 citação, 11% abaixo da média mundial, de 1,44.

O presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis, considerou "alvissareiro" o crescimento brasileiro e disse que isso reflete o aumento do fomento à pesquisa no país.

"Estar em 13º é muito bom. Estamos colados, por exemplo, na Coreia do Sul. Claro que nossa população é muito maior, mas também é verdade que os sul-coreanos investiram brutalmente em pesquisa nos últimos anos. Se continuarmos nesta marcha, estaremos bem", afirmou Palis.

Ele explica que uma das razões que contribuíram para o Brasil ultrapassar a Rússia foi o fato de este país ter perdido excelentes pesquisadores para os países ocidentais.

O especialista em cienciometria (que estuda a produtividade em pesquisa) Rogerio Meneghini foi cauteloso na análise do crescimento brasileiro.

Para ele é importante analisar não apenas o número de artigos publicados, mas também sua repercussão. Ele lembra também que, mesmo no caso da base Thomson-ISI, há revistas com níveis de qualidade que variam bastante.

Para o ministro da Educação, contribuiu para esse resultado o aumento do número de mestres e doutores no Brasil, que saiu de 13,5 mil para 40,6 mil de 1996 a 2007 --e o crescimento das bolsas concedidas pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), de 19 mil para 41 mil no mesmo período.

"Estamos vivendo um momento em que foi possível aumentar em mais de 50% a produção brasileira. Isso aconteceu graças ao trabalho do MEC e do Ministério de Ciência e Tecnologia", disse Haddad.

Para o presidente da Capes, Jorge Guimarães, é preciso ter em consideração que a repercussão de um artigo leva mais tempo para ser captada. "Um artigo publicado em 2008 ainda não está sendo citado. Isso vale para nós e para todos os países. Para medir o impacto, é preciso olhar mais para trás."

Além disso, diz, países desenvolvidos levam vantagem por terem mais tradição no meio científico e pelo fato de seus pesquisadores participarem de um número muito maior de congressos internacionais, o que aumenta a visibilidade dos artigos publicados.

Guimarães admite, no entanto, que é preciso melhorar também nesse aspecto. "Também estamos crescendo no número de citações, mas não com a mesma velocidade."

Recentemente, a tecnologia tem evoluído de forma ainda mais significativa no Brasil, como podemos verificar na seguinte notícia que foi publicada através do Portal da Globo (2009, s. p.):

O Brasil teve a maior alta em um ranking de uso de tecnologia e telecomunicações entre os países da América Latina no primeiro trimestre de 2009. Foi o quinto trimestre consecutivo em que o país avançou mais que os demais no Indicador da Sociedade da Informação (ISI) da região, medição feita pela empresa Everis em parceria com a IESE Business School da Espanha.

Dantas (2010, s. p.) relata em seu artigo que:

Uma série de avanços técnicos, abrangendo os principais produtos agrícolas brasileiros, contribuiu para que as lavouras quadruplicassem o valor nominal da sua produção de 1996 a 2006, e aumentassem a sua participação na riqueza do campo.

Esta notoriedade que vem sendo alcançada ao longo dos últimos anos contribuiu e ainda contribui em muito para que o Brasil atraia, cada vez mais, investimentos do exterior para diversas áreas.

### **1.2.2 Aumento da Taxa de Investimentos Diretos do Exterior**

A economia brasileira, em expansão, apresenta uma taxa de investimentos diretos do exterior que a coloca, pela primeira vez, entre os dez maiores destinos de investimentos no mundo, segundo dados divulgados no início de 2011 pela Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

O trecho seguinte, retirado do artigo de Alvarenga; Guimarães (2011, s. p.), publicado pelo portal “Guia-me”, revela que:

Os países em desenvolvimento e em transição receberam juntos, em 2010, 53,1% do total de investimentos diretos no ano passado (US\$ 1,122 trilhão). Segundo o cálculo da Sobeet, pela primeira vez os países desenvolvidos receberam menos da metade dos fluxos globais (46,9%).

Até o recorde observado no ano passado, o maior volume de investimento estrangeiro direto no Brasil era o observado em 2008, de US\$ 45 bilhões. A evolução surpreendeu, já que o BC estimava que os investimentos estrangeiros diretos somariam no máximo US\$ 38 bilhões em 2010.

Em meio à enxurrada de capital estrangeiro na produção brasileira em 2010, a principal novidade no ano passado foi a China, cujos investimentos somaram cerca de US\$ 17 bilhões, de acordo com estimativa da Sobeet. O interesse chinês no Brasil, explica a entidade, é garantir matéria-prima. "Os investimentos da China se concentram em setores produtores de

commodities como petróleo, refino e minérios", afirma Luis Afonso Lima, presidente da Sobeet.

Só a operação de entrada da companhia chinesa Sinopec no capital da Repsol Brasil representou um valor de US\$ 7,111 bilhões, como explicou na véspera o Banco Central ao apresentar o inesperado recorde no investimento direto estrangeiro. Fora essa, outras oito operações chinesas no ano identificadas pela Sobeet somaram US\$ 10,1 bilhões.

Segundo Lima, é difícil calcular o valor exato do investimento chinês que entrou no Brasil porque as empresas enviam muitas vezes os recursos em operações triangulares, a partir de países que oferecem generosos benefícios fiscais. Isso explica, segundo ele, a presença de Luxemburgo, Países Baixos e Suíça no topo do ranking dos países que lideraram o fluxo de capitais para o Brasil, segundo relatório do BC.

A revista "VEJA" (2009, s. p.) traz a seguinte publicação em sua página da internet:

A entrada de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) líquidos no Brasil foi de 45,060 bilhões de dólares em 2008 - o maior desde o início da série histórica do Banco Central (BC), em 1947. O recorde anterior foi registrado em 2007, quando o ingresso atingiu 34,585 bilhões de dólares. O resultado, divulgado nesta segunda-feira, superou as expectativas do BC, que havia projetado a entrada de 40 bilhões de dólares para o ano passado.

Retomando o cenário dos últimos anos, isso ocorre porque há uma política preocupada e voltada ao empreendimento de esforços para que investidores estrangeiros encontrem condições favoráveis para investir no Brasil, como podemos perceber nesta reportagem de Colitt (2009, s. p.): "O governo brasileiro não tem planos imediatos de limitar o investimento estrangeiro na indústria de mineração e poderá postergar planos de um aumento dos royalties, afirmou uma autoridade do governo", ou ainda, nesta de Colitt; Murphy (2011, s. p.), retirado do portal do jornal "O Estado de São Paulo":

O Brasil busca flexibilizar as regras para estrangeiros comprarem terras no País, afirmou à Reuters o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, nesta terça-feira, 1. "Queremos separar o joio do trigo", afirmou ele, referindo-se a uma medida que poderia distinguir investimentos estrangeiros produtivos daqueles especulativos. "Há necessidade de um tratamento diferente para aqueles que querem agregar valor", acrescentou.

Através da análise desses artigos, percebe-se que, de fato, há uma tendência por parte das políticas econômicas em atrair investimentos do exterior para diferentes áreas.

Por outro lado, este cenário favorável, paralelamente, deveria determinar o aumento na demanda por um crescimento macroeconômico equilibrado, capaz de conter surtos inflacionários, concentração de riqueza, endividamento externo e interno e acima de tudo, capaz de manter e fortalecer a democracia.

Vale ressaltar que, para um desenvolvimento macroeconômico equilibrado, é necessário que o setor público realize gastos com investimentos, para que então, se evidencie uma melhora no quadro socioeconômico.

### **1.2.3 Insuficiência na melhoria da Condição Social**

É bem verdade que os indicadores revelam um maior crescimento destes investimentos nos últimos anos, porém, os números ainda estão longe daquilo que se considera ideal para um país de economia emergente como o Brasil.

Dantas (2009, s. p.) relata que:

O Brasil está entre os países emergentes com menor investimento do setor público. Segundo um levantamento feito pelo economista José Roberto Afonso, baseado em dados coletados junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil aparece em 2007 com 1,69% do PIB em investimento do setor público (fora estatais), o segundo menor nível numa lista de 135 países emergentes.

Esses dados ilustram um desequilíbrio alarmante e uma infundada discrepância em relação a outros países emergentes.

Reis (2008, P. 20) registra:

Atesta-se que a redução de investimento por parte do Estado desde os anos oitenta, notadamente em infraestrutura é um motivo importante para as menores taxas de investimento privado que se verificaram no período, afetando de forma negativa o produto da indústria da transformação e o produto interno bruto.

Diante da condição social vivenciada atualmente no Brasil, que apresenta altos níveis de desigualdade e com uma grande parcela da população vivendo ainda na linha da miséria, ou abaixo dela, mesmo os dados que ilustram certa evolução, conforme divulga Máximo (2010, s. p.), da Agência Nacional, passam a ser, no mínimo, questionáveis:

Os investimentos do governo federal bateram recorde em julho, quando, pela Lei Eleitoral, já havia restrições para repasses a estados e municípios. Segundo dados do Tesouro Nacional, os gastos em obras, no mês passado, somaram R\$ 4,512 bilhões, o maior valor mensal em 2010.

Por mais que haja veracidade números apresentados neste artigo, vale ressaltar que por si só, esse dado não é parâmetro para afirmar que o país vem desenvolvendo uma boa política de investimentos, mesmo porque, já ficou constatado em outros dados constantes deste capítulo que, em comparação a outras nações, O Brasil é uma das que tem os menores níveis de investimento do setor público nos últimos anos.

Além disso, muitos números são mascarados, dificultando em muito a identificação de prioridades, conforme relata Seabra (2009, s. p.):

O governo federal infla – até com empréstimos que não irá pagar – o volume de investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no Estado de São Paulo.

Sob responsabilidade da Casa Civil, o relatório do PAC contabiliza não só recursos dos cofres da União, mas o valor total das obras previstas para o Estado, inclusive gastos do governo de São Paulo e empréstimos.

A falta de transparência que se mostra claramente é extremamente prejudicial ao desenvolvimento de uma boa política de investimentos por parte do governo federal, além do que, esconde a realidade dos fatos dando margem à politicagem e desentendimentos entre os níveis de governo, em especial, quando se tratam de governos de partidos contrários. Este tipo de adversidade é o principal fator causador de vários problemas que acabam por restringir o bom andamento da política de investimentos, problemas como, por exemplo, a descontinuidade administrativa.

Esta situação determina um novo desafio para o Governo Federal na definição de prioridades, dentre elas, o estabelecimento de uma política econômica de investimentos voltada à constante melhoria do “status quo”, constituindo desta forma, alicerce para o contínuo crescimento macroeconômico equilibrado.

A partir deste entendimento, buscaremos compreender a política econômica de investimentos realizada pelo Governo Federal do Brasil, ou seja, os esforços empreendidos pela União, no sentido de melhorar a condição social do povo brasileiro.

Para tanto, daremos entendimento àquilo que é papel do governo na gestão das políticas econômica.

### 1.3 O PAPEL DO SETOR PÚBLICO NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

#### 1.3.1 Atribuições

A seguinte transcrição foi retirada do artigo “ETCO e o setor público”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (s.a., s.p.):

O setor público é essencial para o funcionamento de uma economia de mercado. A livre iniciativa de produzir e consumir requer, no mínimo, a garantia da propriedade privada e o respeito aos contratos livremente acertados entre as partes. Sem algum arcabouço legal as transações econômicas seriam extremamente difíceis, caras e raras. É a existência de leis que disciplinam as transações econômicas e as tornam seguras o que permite que elas se realizem com a freqüência exigida nas sociedades modernas.

Nestas cabe ao setor público a elaboração das leis que regulam a vida social em geral e a vida econômica em particular. E não apenas a elaboração, mas também o seu cumprimento e a resolução de inevitáveis conflitos de interesses. Estas são as funções primárias do setor público. Quanto melhor estas funções forem realizadas melhor será a convivência humana e melhor será o ambiente econômico. E é um bom ambiente econômico que permite um crescimento sadio e sustentado.

Em especial os investimentos são muito sensíveis ao ambiente econômico. Investir significa uma aposta no futuro. Paga-se hoje para receber amanhã. A garantia que o regramento que hoje justifica o investimento seja mantido no futuro é um fator decisivo na hora de investir. Se houver dúvidas quanto a estas garantias a defesa natural dos investidores será a de requerer altos

retornos e curtos prazos dificultando investimentos a longo prazo indispensáveis ao desenvolvimento.

Não apenas os investimentos, mas com igual ou maior força, as invenções e inovações para serem estimuladas precisam de garantias que direitos futuros serão respeitados.

Referida publicação nos permite compreender o que se espera da iniciativa pública no desenvolvimento da economia.

As atribuições do Estado acabam por se subdividir em funções, conforme podemos analisar a seguir.

### **1.3.2 Principais Funções do Setor público**

Segundo Cleto; Dezordi (2002, p.17), as principais funções do setor público, são destacadas em quatro áreas de grande abrangência:

. reguladora: o Estado deve regular a atividade econômica mediante leis e disposições administrativas. Com isso, torna-se possível o controle de alguns preços, monopólios e ações danosas ao direito do consumidor;

. provedora de bens e serviços: o governo, também, deve prover ou facilitar o acesso a bens e serviços essenciais, principalmente àqueles que não são de interesse do setor privado, tais como, educação, saúde, defesa, segurança, transporte e justiça;

. redistributiva: as políticas econômicas devem atingir e vir a beneficiar os mais necessitados da sociedade. Com isso, modificam a distribuição de renda e riqueza entre pessoas e/ou regiões. A igualdade social deve ser uma prioridade a ser buscada pelos órgãos públicos

. estabilizadora: os formuladores de políticas econômicas devem estar preocupados em estabilizar/controlar os grandes agregados macroeconômicos, tais como, taxa de inflação, taxa de desemprego e nível de produção, com o intuito de beneficiar a população.

Tendo em vista que este trabalho científico tem o enfoque voltado ao estudo da política econômica de investimentos do governo federal no Brasil, destacamos como objeto de estudo, a função provedora de bens e serviços do setor público, principalmente os essenciais, como a educação, saúde, defesa, segurança e transporte.

Ferreira (2008, p.23) ilustra bem em seu comentário, a forma como o Estado se manifesta na economia:

A interferência do Estado se manifesta em todas as correntes como produtor (ofertando bens e serviços não oferecidos pelo mercado), consumidor (maior consumidor de bens e serviços produzidos pela iniciativa privada), empregador e regulador de atividade econômica.

Entendemos desta forma que o Estado, por sua atribuição, deve planejar e aplicar da melhor maneira possível, suas políticas econômicas, visando regular, prover, redistribuir e estabilizar todos os níveis de recursos com o objetivo principal de proporcionar o bem-estar social geral da população.

## **CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA**

As políticas econômicas do Governo Federal Brasileiro estão divididas em três grandes grupos, de acordo com a área em que atuam. São eles: Política Monetária, Política Cambial e Política Fiscal.

Conhecedores do conceito de Políticas Econômicas e do papel do governo na execução dessas políticas, neste capítulo abordaremos a cada uma das Políticas Econômicas do Governo Federal do Brasil, buscando compreender a forma com que elas implicam na economia do país.

### **2.1. A POLÍTICA MONETÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA**

#### **2.1.1 Conceito de Política Monetária**

De acordo com Escóssia (2009, s. p.):

Política Monetária pode ser definida como o controle da oferta da moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo. Em outras palavras, podemos definir a política monetária como sendo o controle do sistema bancário exercido por um governo na busca da estabilidade do valor da moeda, para evitar um balanço de pagamento (registro de todas as transações de caráter econômico financeiros realizado por residentes de um país com os residentes dos demais países) adverso, para obter o pleno emprego.

Já Rebouças (2009, s. p.) entende que:

Quando um governo atua para controlar a quantidade de moeda que circula em seu país, os níveis de crédito, as taxas de juros e a liquidez da economia, estas são ações de uma política monetária em âmbito nacional.

A política monetária visa defender o poder de compra de uma moeda, sendo ela expansionista ou restritiva. Na política restritiva, o dinheiro em circulação é diminuído ou estabilizado para desaquecer a economia e manter os preços de mercado.

Na política expansionista, o dinheiro em circulação aumenta de quantidade para aquecer a economia, a demanda de mercado e conseqüentemente o crescimento econômico do país. O aquecimento possui o risco de gerar efeito inflacionário na economia.

Destes entendimentos, abstraímos que pela execução de Política Monetária, o Governo, através do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central no caso do Brasil, é quem controla a oferta de moeda em circulação no país, a fim de estimular ou desestimular o aquecimento da economia, de acordo com aquilo que considerar conveniente e necessário. Neste mesmo sentido, esta política também tem como preocupação o controle da taxa de juros.

As diretrizes da Política Econômica, bem como a definição da taxa de juros são atributos do Comitê de Política Monetária (COPOM). Este Comitê é formado no próprio Banco Central.

### **2.1.2 Implicações da Política Monetária na Economia**

Na seguinte citação de Cleto; Dezordi (2002, p. 18), podemos entender a forma de atuação da Política Monetária na economia:

A política monetária tem como objetivo controlar a oferta de moeda na economia. Determinar a quantidade de moeda (dinheiro) na economia é função do Conselho Monetário Nacional (CMN), com participação do Banco Central do Brasil (BACEN). Ao determinar a quantidade de dinheiro, tem-se a formação da taxa de juros, ou seja, a taxa de juros pode ser simplificada interpretada como sendo o “preço do dinheiro”.

A lógica da política monetária consiste em controlar a oferta de moeda (liquidez) para determinar a taxa de juros de referência do mercado. Nesse sentido, o Banco Central, seja qual for o país, eleva a taxa de juros (“preço do dinheiro”), enxugando (diminuindo) a oferta monetária, e a reduz atuando de forma inversa.

Cabe destacar que em um sistema econômico, moeda representa os meios de pagamento. Estes, na sua forma mais líquida, podem ser representados pelo papel-moeda e pelos depósitos à vista nos bancos comerciais. Tanto as cédulas/moedas metálicas quanto os valores existentes nas contas bancárias representam os meios de pagamento.

A política monetária, ao controlar os meios de pagamento, está visando estabilizar o nível de preços geral da economia. Os governos que necessitam diminuir a taxa de inflação reduzem a oferta monetária e aumentam a taxa de juros. Esse mecanismo controla o nível de preços.

Mas, se as taxas de juros permanecerem elevadas por um período longo, a economia pode deixar de elevar o crescimento econômico.

A propósito, qual o motivo de a taxa de juros da economia brasileira ser tão elevada, e o que poderia ser feito para reduzir a mesma? Os juros estão altos com o intuito de controlar a estabilidade de preços da economia, e, para baixar o mesmo, o governo teria que aumentar a liquidez do sistema, ou seja, colocar mais moeda em circulação, o que provavelmente traria um efeito indesejado que é a elevação dos preços de forma generalizada, definida em economia como inflação.

Sinteticamente, podemos então dizer que, pelo controle da taxa básica de juros, o Banco Central, ou BACEN como citam os autores, acaba por determinar a quantidade de moeda em circulação no país. Sim, já que elevando o preço que se paga pelo dinheiro (taxa de juros), há uma deliberada tendência na diminuição da demanda por este, e conseqüentemente, um desaquecimento da economia. O interesse em uma economia menos aquecida está centrado na estabilidade de preços, ou em outras palavras, no controle da inflação.

A mesma tendência existe de forma inversa. Se houver uma diminuição na taxa de juros, com certeza a demanda pelo dinheiro aumentará. Desta forma a economia se aquece através do aumento no volume de circulação, dada a relação diretamente proporcional: mais dinheiro em circulação, mais movimentações financeiras. Uma economia mais aquecida, de fato acarreta em crescimento econômico, porém, paralelamente, acarreta também no aumento generalizado dos preços, mais conhecido como inflação.

Portanto, é função da Política Monetária do Governo Federal do Brasil, influenciar de forma contundente a quantidade de moeda em circulação, em função do momento econômico, buscando o equilíbrio.

Para tanto, o Banco Central utiliza alguns instrumentos, conforme ilustram Cleto; Dezordi (2002, p. 19):

O BACEN pode alterar os meios de pagamento (oferta de moeda) utilizando-se de quatro instrumentos:

a) Operações de mercado aberto (Open Market)

As operações de mercado aberto são caracterizadas pela compra e venda de títulos públicos do BACEN no mercado. Esses títulos podem ser de emissão própria ou em geral do Tesouro. Seu impacto sobre a liquidez na economia pode ser resumido em dois simples exemplos:

Exemplo 1: Banco Central compra títulos públicos do mercado, fazendo o pagamento em reais. Nesse caso, a oferta de moeda aumenta, pois o BACEN está retirando um ativo (título) que não é meio de pagamento e fornecendo ao mercado um ativo líquido (moeda), no caso, Real.

Essa operação, realizada em grande quantidade, tem como objetivo aumentar a oferta de moeda e conseqüentemente diminuir a taxa de juros do mercado.

Exemplo 2: Banco Central vende títulos públicos ao mercado, recebendo o pagamento em reais. Ocorre o caso inverso do exemplo anterior. O BACEN está ofertando um ativo menos líquido (títulos) e retirando do mercado (economia) um ativo mais líquido (moeda).

Essa operação, realizada em grande escala, tem como finalidade diminuir a oferta monetária e conseqüentemente aumentar a taxa de A lógica da política monetária consiste em controlar a oferta de moeda (liquidez) para determinar a taxa de juros de referência do mercado juros e com isso controlar o nível de preços.

#### b) Depósito compulsório

São depósitos sob a forma de reservas bancárias que cada banco comercial é obrigado legalmente a manter junto ao Banco Central.

É calculado como um percentual sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais.

Quanto maiores os depósitos compulsórios, maior o nível de reservas obrigatórias dos bancos junto ao Banco Central. Os recursos destinados aos empréstimos sofrerão uma diminuição e provocando com isso a criação de moeda bancária (valores depositados nos bancos). A taxa de juros sofreria um aumento, sendo o inverso também verdadeiro.

Para diminuir a liquidez do sistema financeiro, o Banco Central eleva a taxa de compulsório. Com menos recursos para emprestar dos bancos comerciais, o crescimento da economia como um todo é afetado.

#### c) Redesconto bancário

A assistência financeira de liquidez ou redesconto é o mecanismo pelo qual o BACEN socorre instituições financeiras com problemas de liquidez. O redesconto é o empréstimo que os bancos comerciais recebem do BACEN para cobrir eventuais problemas de liquidez. A taxa cobrada sobre esses empréstimos é chamada de taxa de redesconto.

Um aumento da taxa de redesconto indica que os bancos sofrerão maiores custos, caso tenham problema de liquidez. Neste caso, as instituições irão aumentar suas reservas e diminuir o crédito, aumentando o custo para se obter meios de pagamento, ou seja, a taxa de juros.

#### d) Controle e seleção de crédito

Um instrumento não muito convencional, mas às vezes utilizado pelo Banco Central, refere-se ao controle direto sobre o crédito. Este pode estar relacionado ao volume de crédito, ao prazo e destinação do crédito. Este instrumento pode gerar distorções no livre funcionamento do mercado de crédito, e até desestimular a atividade de intermediação financeira.

Analisando os instrumentos de Política Monetária, podemos concluir que o Banco Central interfere na quantidade de moeda em circulação no país, basicamente através da manipulação (compra e venda) de títulos e pelo controle da atividade bancária.

## 2.2 A POLÍTICA CAMBIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA

### 2.2.1 Conceito de Política Cambial

Segundo Escóssia (2009, s. p.):

A política cambial é constituída pela administração das taxas (ou taxas múltiplas) de câmbio, pelo controle das operações cambiais, tendo como objetivo central o mercado externo, no sentido de manter equalizado o poder de compra do país em relação aos outros com os quais este mantenha relações de troca.

Rebouças (2010, s. p.) conceitua:

A política cambial deve ser entendida como um conjunto de medidas de responsabilidade do Estado e de suas entidades competentes em assuntos monetários em prol do equilíbrio e fluidez da moeda frente às operações cambiais. A política cambial é responsável pelas alterações nas taxas de câmbio e das operações cambiais.

Tomando por base os referidos autores, entende-se por Política Cambial, o conjunto de medidas por parte do Governo, que visam influenciar a taxa de câmbio da moeda nacional, ou seja, o valor desta em relação às moedas de todo o mundo. A boa execução desta política é de extrema importância para as relações de troca (compra e venda) do Brasil frente ao mercado internacional. Para uma melhor compreensão, vejamos como essa política interfere na economia.

### 2.2.2 Implicações da Política Cambial na Economia

Analisemos algumas explicações que nos darão entendimento sobre as formas de atuação da política Cambial na economia. Na visão de Rebouças (2010, s. p.):

Quando a moeda nacional tem sua taxa de câmbio decrescida, ela tende a ficar mais barata no mercado câmbio perante as outras moedas, iniciando um processo de desvalorização; internamente, em tese, isso pode propiciar

as exportações, pois a moeda nacional mais barata permite que os produtos do país fiquem com um preço mais atrativo no mercado internacional.

Enquanto ocorrer um aquecimento nas exportações e na competitividade de venda de produtos, por outro lado há grandes perdas sobre as importações, pois, a partir do momento que a moeda de seu país fica mais barata, a estrangeira passa a representar um valor mais alto na sua aquisição e, conseqüentemente, na aquisição de insumos, produtos e serviços de outros países.

Quando a importação desses produtos é insubstituível, ocorre elevação do preço final no mercado interno e externo. Quando o Estado é completamente dependente das importações para a manutenção de sua produção e de seu mercado consumidor interno, esse cenário pode gerar inflação.

As taxas cambiais não podem ser utilizadas de maneira artificial como instrumento de controle de erros nos gastos públicos e perdas mercadológicas. Entre as entidades internacionais, o FMI é responsável por fiscalizar o funcionamento e uso das taxas cambiais.

Por outro lado, quando a moeda de um país se valoriza consideravelmente, as exportações perdem a competitividade no mercado internacional, havendo queda no custo das importações. Esse quadro em excesso pode gerar baixa nas receitas internas e desemprego.

Assim, entendemos que a política cambial deve influenciar a formação da taxa de câmbio, condicionando-a àquilo que for mais interessante ao país em determinado momento. Basicamente, esta política visa equalizar a relação que existe entre: vender obtendo o maior lucro possível e comprar pagando o mínimo possível no mercado internacional, preocupando-se em manter o equilíbrio interno da economia.

Na seguinte explanação de Escóssia (2009, s. p.), faz-se entender como de fato funciona a política cambial, ou seja, a forma de execução dessa política por parte do Governo:

Da mesma forma que todo bem tem um valor, as moedas nacionais também têm seu valor, seu preço - que é a taxa de câmbio - que expressa o preço da moeda externa em relação à moeda nacional. Se a taxa de câmbio hoje é 2.34 R\$/US\$, significa dizer que o preço do dólar americano, em termos do real brasileiro, é de R\$ 2,34 para cada dólar.

Como todo preço, a taxa de câmbio é basicamente determinada pela "lei da oferta e da procura". Se a procura é maior que a oferta, o preço do dólar, em reais, sobe. Se a oferta é maior que a procura, conseqüentemente, o preço cai. São vários os fatores que podem influenciar a oferta/demanda por dólares, daí a dificuldade que os economistas têm em prever o comportamento da taxa de câmbio.

O Banco Central é quem define o que os economistas chamam de política ou regime cambial.

Existem duas políticas cambiais extremas.

Na primeira, chamada de política de câmbio fixo, que é uma taxa com que os países se comprometem a manter o mesmo poder de paridade, comprometendo-se o Banco Central a satisfazer qualquer oferta ou demanda por dólares que o mercado possa necessitar. Isto é, o Banco Central entra no mercado de câmbio e diz que, para ele, o dólar vale dois reais e trinta e quatro centavos (2.34 R\$/US\$), e garante a compra ou venda de qualquer quantidade de dólares que o mercado ofertar a esse preço. Neste caso o dólar fica parado em 2.34 R\$/US\$, porque o Banco Central anula, comprando ou vendendo dólares, qualquer seja a pressão de aumento ou queda de seu preço. A principal vantagem da taxa de câmbio fixo está na integração dos mercados internacionais em uma rede de mercados conexos, que não têm incerteza e nem são especulativos.

O outro tipo de política cambial é definido pela ausência do Banco Central no mercado de câmbio. As taxas flutuam livremente, respondendo aos efeitos da oferta e da procura. Temos, neste caso, o regime de câmbio flutuante, que possibilita o equilíbrio contínuo do balanço de pagamento.

Existe, ainda, um outro tipo de política cambial, que seria intermediária entre o câmbio fixo e o câmbio flutuante, que é a política de bandas câmbio, na qual o Banco Central não define um preço único para o dólar, e sim um intervalo (banda), dentro do qual ele pode flutuar livremente. Se a banda, por exemplo, for fixada entre 2.20 R\$/2.50 R\$, o Banco Central só entra no mercado se o dólar cair a 2.20 R\$, entra comprando dólares, ou subir a 2.50 R\$, entra vendendo dólares.

Quando um país, através do seu Banco Central, faz opção por um regime de câmbio fixo ou flutuante, é de suma importância que se tenha uma noção abalizada do valor correto do câmbio para a economia naquele momento. O conhecimento desse valor (que os economistas chamam de câmbio de equilíbrio) é o referencial que pode definir o sucesso de um regime de câmbio fixo, ou mesmo o bom funcionamento de um regime de câmbio flutuante.

No Brasil, o regime de Bandas Cambiais foi adotado entre 1994 e 1999. A partir deste ano, o Governo passou a admitir a livre flutuação do câmbio. No entanto, se a flutuação cambial vier a comprometer qualquer objetivo da política econômica, o governo atua sobre o mercado até que a situação se estabilize. A essa prática, alguns economistas deram o nome de “flutuação suja”.

Podemos visualizar a forma como a taxa de câmbio influencia diretamente na economia interna do país através deste trecho de artigo de Warth (2011, s. p.), conforme segue:

O diretor do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Giannetti da Fonseca, disse nesta segunda-feira, 14, que a taxa de câmbio de equilíbrio para a indústria está entre R\$ 2,00 e R\$ 2,20. De acordo com ele, esse patamar não favorece as exportações nem prejudica as importações, aumenta a empregabilidade e não tem um impacto tão forte sobre a inflação. "O câmbio não vai voltar para um patamar entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00, como os empresários desejavam", afirmou. "Mas temos de encontrar uma taxa de

equilíbrio, nem subvalorizada nem sobrevalorizada. Acredito que o equilíbrio do câmbio na economia real está entre R\$ 2,00 e R\$ 2,20", acrescentou.

Analisando essa publicação, podemos também visualizar os interesses diversificados que existem em torno da formação da taxa de câmbio. É claro que, para quem importa, o interessante é uma moeda nacional mais valorizada, ao passo que, para quem exporta, o interessante é uma moeda nacional mais desvalorizada.

## 2.3 A POLÍTICA FISCAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA

### 2.3.1 Conceito de Política Fiscal

Segundo Escóssia (2009, s. p.), "Entende-se por política fiscal, a atuação do governo na arrecadação de impostos e seus gastos. Neste caso, o governo atua sobre o sistema tributário de forma alterar as despesas do setor privado". Bacha (2004, p. 133), de forma muito parecida, fundamenta: "A política Fiscal se refere às decisões sobre tributação e gastos por cada uma das esferas do poder público (o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais)".

A partir do ponto de vista desses autores, e a forma sintetizada da qual se valeram para conceituar "Política Fiscal", percebemos que os princípios necessários para entendê-la são bem simples. Compreendemos, a grosso modo, que a política fiscal é a responsável pela atuação do governo no que diz respeito a geração de receita, e posteriormente, aplicação destes recursos. Contudo, ao aprofundarmos o estudo dessa política, buscando entender as implicações dela na economia, faz-se notar tamanha importância e complexidade em sua execução.

Alguns autores trazem a política fiscal como o principal instrumento de política econômica, isto porque, é ela a responsável pelo provimento e gestão dos recursos que mantém toda a "máquina pública" em funcionamento. Segundo Cleto; Dezordi (2002, p. 21):

O principal instrumento de política econômica do setor público refere-se à política fiscal. Esta, por sua vez, consiste na elaboração e organização do

orçamento do governo, o qual demonstra as fontes de arrecadação e os gastos públicos a serem efetuados em um determinado período (exercício).

Já Heakal *apud* Juozapavicius (2009, s. p.), fundamenta a política fiscal, relacionando-a com a monetária, conforme segue:

Política fiscal é o meio pelo qual um governo ajusta seus níveis de gastos a fim de monitorar e influenciar a economia de um país. É irmã da política monetária, estratégia com a qual um banco central influencia os recursos monetários de um país. Essas duas políticas são utilizadas em várias combinações em um esforço de orientar as metas econômicas de um país.

Mais adiante, ao terceiro capítulo, veremos que a Política de Investimentos do Governo Federal do Brasil, objeto maior de estudo deste trabalho, nada mais é do que um instrumento de Política Fiscal.

Analisemos a seguir, as formas como a Política Fiscal atua na economia, por meio de seus instrumentos.

### **2.3.2 Implicações da Política Fiscal na Economia**

A seguinte explanação de Cleto; Dezordi (2002, p. 21) nos mostra o funcionamento da Política Fiscal por meio de seus instrumentos:

A política fiscal visa atingir a atividade econômica e assim alcançar dois objetivos inter-relacionados, a saber, estimular a produção, ou seja, crescimento econômico e combater, se for o caso, a elevada taxa de desemprego. O financiamento do déficit do setor público, também é um fator de preocupação da política fiscal.

O governo pode alterar o volume das receitas e gastos públicos através dos instrumentos fiscais. Estes instrumentos são:

a) Impostos (receita):

Os impostos podem ser classificados em duas categorias:

- Impostos diretos: incidem diretamente sobre a renda das unidades familiares e das empresas. Ex.: IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física); IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica).

- Impostos indiretos: são tributos que oneram as transações intermediárias e finais. São incorporados ao processo produtivo e, portanto, incidem indiretamente sobre o contribuinte (consumidor). Ex.: ICMS; ISS; COFINS; PIS.

b) Despesas do governo (gastos):

As despesas do governo podem ser divididas em:

- Consumo: gastos com salários, administração pública, funcionalismo civil e militar.
- Transferências: benefícios pagos pelos institutos de previdência social, sob a forma de aposentadorias, salário-escola, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).
- Subsídios: são pagamentos feitos pelo governo a algumas empresas públicas ou privadas.
- Investimentos: gasto com aquisição de novas máquinas, equipamentos, construção de estradas, pontes, infra-estrutura.

c) Orçamento do governo:

O resultado das operações de receitas menos os gastos do setor público representam o orçamento do governo. Este saldo pode ser classificado em três esferas:

- Orçamento equilibrado: ocorre quando o total das receitas em valores monetários de um determinado período for exatamente igual ao total dos gastos em valores monetários.
- Orçamento superavitário: as receitas superam os gastos em valores monetários em um determinado exercício do governo.
- Orçamento deficitário: as receitas são inferiores aos gastos.

Quando o Tesouro Nacional, responsável pelas contas do setor público, registra um caso de déficit, o governo deve determinar como será o financiamento ou o pagamento desse excesso de gastos.

Entretanto, o resultado do setor público pode ser dividido em duas contas:

- . Superávit/déficit primário ou fiscal: é o saldo positivo/negativo alcançado quando a receita do governo federal e estadual é superior/inferior aos seus gastos. É a diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no exercício, independente dos juros e da correção da dívida passada.
- . Déficit operacional (Necessidade de Financiamento do Setor Público - NFSP): é calculado pelo resultado primário, acrescido do pagamento dos juros da dívida passada.

O déficit do setor público pode ser financiado por duas principais fontes de recursos:

- . Emissão de moeda: o BACEN, neste caso, cria moeda para financiar a dívida do Tesouro. Este procedimento é também conhecido como monetização da dívida;
- . Empréstimos: venda de títulos da dívida pública ao setor privado (interno ou externo): o governo oferta títulos em troca de moeda para financiar sua dívida atual. Esse financiamento tende a aumentar o déficit operacional devido ao pagamento dos juros.

Aqui entendemos que, pelos instrumentos de política fiscal, busca-se equalizar o que o governo gera de receita e o que ele gasta.

A seguinte citação de Heikal *apud Juozapavicius (2009, s. p.)* é bastante interessante, pois ilustra uma forma de intervenção do governo na economia por meio da execução da Política Fiscal:

A política fiscal é baseada nas teorias do economista britânico John Maynard Keynes. Essa teoria estabelece basicamente que os governos podem influenciar os níveis de produtividade macroeconômicos aumentando ou diminuindo os níveis dos tributos e o gasto público. Essa influência, por sua vez, segura a inflação (geralmente considerada saudável quando está em um nível entre 2-3%), aumenta o emprego e mantém um valor saudável do dinheiro.

#### Equilíbrio

A idéia, no entanto, é encontrar um equilíbrio ao exercitar essas influências.

Por exemplo, estimular uma economia estagnada corre o risco de aumentar a inflação. Isso porque um aumento no suprimento de dinheiro seguido por um aumento na demanda do consumidor pode resultar em diminuição no valor do dinheiro - significando que será necessário mais dinheiro para comprar algo que não mudou de valor. Digamos que a economia tenha desacelerado. Os níveis de desemprego estão altos, o gasto do consumidor está baixo e os negócios não estão fazendo dinheiro. Um governo então decide abastecer o motor da economia diminuindo a tributação, dando aos consumidores mais dinheiro para gastar, enquanto aumenta os gastos do governo comprando serviços do mercado (como construir estradas ou escolas). Nesse meio tempo, os níveis gerais de desemprego caem. Com mais dinheiro na economia e menos impostos a pagar, a demanda do consumidor por bens e serviços aumenta. Isso por sua vez reacende os negócios e transforma o ciclo de estagnado para ativo.

Se, no entanto, não há controle nesse processo, o aumento na produtividade econômica pode cruzar uma linha muito tênue e levar a muito dinheiro no mercado. Esse excesso na oferta diminui o valor do dinheiro, enquanto pressiona os preços (por causa no aumento da demanda para produtos de consumo). Assim, ocorre a inflação.

Por esse motivo, colocar a economia em sintonia por meio da política fiscal somente pode ser um meio difícil, se não improvável, de atingir as metas econômicas. Se não for monitorado de perto, a linha entre uma economia produtiva e uma infectada pela inflação pode ficar facilmente borrada.

Percebamos que a forma de intervenção do governo neste caso, chega a se confundir com uma das formas de intervenção por meio da execução de Política Monetária, diferenciando-se daquela apenas no instrumento utilizado. Naquela, o governo procura influenciar a quantidade de moeda em circulação, basicamente através da determinação da taxa de juros, enquanto nessa, a intervenção ocorre por meio do aumento ou diminuição dos tributos e/ou dos gastos públicos.

Dentre as políticas econômicas estudadas neste capítulo, ressaltamos com maior ênfase a fiscal, da qual emana como ferramenta, o gasto em investimentos realizado pelo governo federal.

## **CAPÍTULO III – POLÍTICA ECONÔMICA SOB A ÓTICA DOS GASTOS DO GOVERNO**

Após a compreensão da atuação das políticas econômicas na economia, em especial a da política fiscal, neste último capítulo abordaremos enfim a política econômica de investimentos do governo federal do Brasil, sob a ótica dos gastos realizados por este.

Para tanto, faz-se necessário saber que o governo realiza gastos não só com investimentos, mas também com custeio.

### **3.1 CUSTEIO X INVESTIMENTOS - GOVERNO FEDERAL DO BRASIL**

Sendo custeio, neste caso, o gasto realizado com a manutenção da "máquina pública federal", nos últimos anos os números se mostraram alarmantes, ilustrando uma enorme disparidade entre aquilo que se gasta com pagamento de pessoal, compra de materiais, entre outros, e os investimentos em melhorias para o bem-estar social.

Moraes (2007, p.176) revela que "Os dados são preocupantes. Em 2005, as despesas de custeio do governo federal chegaram a 64 bilhões de reais, enquanto os recursos alocados em investimentos ficaram em 16 bilhões de reais".

Nesta publicação, o autor nos revela números que mostram que o governo federal vem gastando com custeio, exatamente o quádruplo do que é gasto com investimento.

Para entendermos melhor a correlação existente entre essas variáveis, e as conseqüências desse desequilíbrio nos dias de hoje, temos a seguinte citação constante do artigo de Khair (2010, s. p.):

Algumas análises sobre finanças públicas defendem a redução das despesas de custeio em favor de mais investimentos. O argumento é que essas despesas, como, por exemplo, as de pessoal, uma vez aumentadas são permanentes e não passíveis de redução, mas os investimentos, uma

vez encerrados, cessam seus efeitos sobre a despesa, sendo assim de melhor qualidade por não causar problemas fiscais futuros.

Além disso, os investimentos precisam ser ampliados para remover as limitações na infraestrutura do País.

Essas análises destacam que, embora os incentivos monetários e fiscais ajudassem a retomar o crescimento econômico, as despesas de custeio em elevação irão contribuir para aumentar a inflação em 2010 e propõem a elevação da Selic para conter o considerado forte crescimento econômico, causador da inflação.

É interessante, em meados de 2011, analisarmos essa publicação e então constatarmos que ela previa exatamente o que de fato veio a acontecer. As despesas de custeio do governo federal contribuíram com o aquecimento da economia de tal forma que a alta na oferta de dinheiro culminou com a elevação da taxa de juros, bem como o aumento na taxa de inflação, valendo ressaltar que, tanto um quanto outro é um reflexo do mercado, em consequência do crescimento na demanda por produtos e serviços.

Ainda no mesmo artigo, Khair (2010, s. p.) aprofunda a discussão, nos revelando os vários aspectos dessa relação:

Vale aprofundar essas análises para o melhor entendimento das repercussões das despesas com custeio e investimentos na questão fiscal e da ameaça da retomada da inflação pelo elevado crescimento econômico.

1) Os investimentos do poder público geram despesas de custeio permanentes, pois necessitam de manutenção e se depreciam com o tempo. O custeio anual de um hospital equivale em média ao valor total investido nele. Nas escolas, o índice é de 70%. Para o funcionamento do novo bem público são necessárias despesas de custeio como pessoal, materiais de consumo e serviços de terceiros, além de pagamentos de juros, pois parte dos investimentos é feita normalmente com empréstimos.

2) Alguns investimentos são desnecessários e feitos para atender lobbies das empreiteiras, e podem ser descontinuados com a troca de governo, fato comum no Brasil. Em grandes obras, feitas por meia dúzia de empreiteiras, é usual a prática de superfaturamento denunciada pelos tribunais de contas. Normalmente é precária a fiscalização das obras, o que facilita o desvio de recursos. Exemplos recentes de falhas de fiscalização foram os desabamentos no metrô e no rodanel em São Paulo.

3) O setor privado sempre foi o líder dos investimentos na economia, que deverão crescer com o investimento direto de estrangeiros. A parte dos investimentos de interesse público é majoritariamente feita por empresas privadas, que ganham a concessão de exploração, por estatais ou com recursos das entidades financeiras oficiais como BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, além dos fundos de pensão ligados a órgãos públicos. A parte que compete à administração direta é historicamente

pequena. No caso do PAC, apenas 13% vem do Tesouro Nacional, ficando o restante meio a meio entre estatais e empresas privadas.

4) O setor público passou a utilizar cada vez mais licitações pelo sistema de pregões eletrônicos ou presenciais com economia expressiva, o que reduz despesas de custeio. O Decreto n.º 5.450 de 31 de maio de 2005 tornou obrigatório o pregão pelo governo federal, preferencialmente sob forma eletrônica, na aquisição de bens e serviços comuns. O valor contratado por pregão eletrônico passou de 4%, em 2003, para 55%, em 2009. Em número de processos, saltou de 5% para 86% no mesmo período.

5) Muitas vezes os reajustes dos servidores não são feitos anualmente como determina a Constituição, ou se fazem em porcentual inferior à inflação. O caso mais citado de crescimento das despesas com pessoal é no governo federal. O que importa é verificar a evolução dessa despesa em relação à receita. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, apesar do aumento do número de servidores e reajustes salariais feitos desde 2003 até 2009, o pior resultado neste período foi de 21,3% em 2003. Esse nível foi melhor do que o melhor resultado no período de 1997 a 2002, que foi de 22,2% em 2002. Em 2009, mesmo com a queda de arrecadação, foi de 20,5%.

6) Há um crescimento natural das despesas de pessoal por causa da contratação de servidores para atender os novos equipamentos públicos (hospitais, postos de saúde, escolas, universidades, etc.) e para substituir os que se aposentam, cujos salários continuam onerando as despesas de pessoal.

7) A maior parte da despesa de custeio retorna imediatamente ao consumo, fomentando a atividade econômica, o que amplia a arrecadação e é tanto mais eficaz para sua elevação quando mais é destinada às camadas de renda média e baixa, como o salário mínimo, Bolsa-Família e vários programas sociais. A despesa com investimento fica em parte retida pela empreiteira como lucro, que só parcialmente pode se transformar em aumento de consumo.

8) A maior ganância é com os juros, causados pela elevada Selic. Uma elevação da Selic causa aumento na despesa e no endividamento público. Essas despesas em relação ao PIB superam as dos 30 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países da União Europeia, os Estados Unidos, Japão e Canadá. Nos últimos 10 anos, a ganância média anual do País com juros foi de 7,3% do PIB e na OCDE 1,9%.

9) A "justificativa" para manter a Selic elevada é para conter a inflação. No passado, quando a economia era fechada, qualquer elevação do poder de compra do consumidor induzia elevações nos preços. Com a globalização, os aumentos de poder aquisitivo, gerando maior demanda, são atendidos pela oferta em escala global, sem riscos de elevação de preços. A demanda interna é muito menor que a oferta interna mais a externa. Além disso, o que impacta a demanda não é a Selic, mas os juros cobrados pelos bancos ao consumidor, que vêm caindo, mesmo com a perspectiva de aumento na Selic, já precificada pelo mercado.

Entre dez/2008 e fev/2010, a Selic foi reduzida em 5 pontos percentuais e a taxa de juros para a pessoa física caiu 16 pontos. A razão para esse descolamento está na política dos bancos oficiais de ampliação de oferta de crédito a taxas de juros mais baixas do que as do setor bancário privado, na troca que as pessoas estão fazendo de empréstimos caros pelo empréstimo consignado e pela maior competição bancária induzida pelos bancos oficiais.

10) A possibilidade de ocorrer um processo inflacionário em escala global está ligada ao preço das commodities e dos alimentos, que poderão ocorrer

com o forte crescimento dos países emergentes, que passaram a incluir vultosos contingentes de novos consumidores. Apesar desse aumento, ocorrido durante vários anos, a inflação de cada país pouco se alterou, mostrando a supremacia da concorrência internacional e do crescimento da produtividade na definição dos preços em escala global.

Há espaço para reduzir desperdícios tanto em despesas de custeio como nas de investimentos, e isso deve ser prioridade de gestão e de respeito ao contribuinte. Mas, em vez de opor despesas de custeio a despesas com investimentos, o que é uma falsa questão, o aconselhável é analisar a importância que tem cada uma para o desenvolvimento econômico e social do País. As despesas de custeio promovem a redistribuição de renda, estimulam o consumo, são destinadas à área social, segurança pública e meio ambiente e contribuem para aumentar a arrecadação pública, e os investimentos atendem às necessidades de ampliar a oferta de equipamentos públicos e a contribuir para melhorar a infraestrutura do País.

Com essa explanação, entendemos a forte ligação de razões diretamente proporcionais existente entre custeio e investimentos. Isso porque todo investimento realizado gera posteriormente custos de manutenção. Desta forma, quanto mais investimentos realizados, mais gastos com pessoal, com materiais, entre outros.

Pudemos ainda, conhecer problemas envoltos à corrupção, decorrentes de investimentos em obras desnecessárias, superfaturadas, como também, problemas de descontinuidade administrativa em muitas dessas obras.

Enfim, este artigo nos revela a necessidade da atuação de uma política fiscal mais séria e determinada em reduzir desperdícios e gastos desnecessários, tanto em custeio quanto em investimentos, objetivando equalizar da melhor forma essa relação.

### 3.2 A POLÍTICA ECONÔMICA DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL DO BRASIL

Os investimentos públicos figuram como uma importante variável política que se insere no contexto da execução da política fiscal, sob a ótica dos gastos realizados por um governo. A seguinte citação de Reis (2008, s. p.) nos permite visualizar de forma mais específica, qual é o papel que os investimentos públicos assumem na economia:

É importante observar que o investimento público possui um papel ainda mais específico do que o gasto público em geral. Enquanto os gastos públicos constituem-se em um componente da demanda agregada e determinam a intensidade do supermultiplicador, o investimento público representa, também, criação de capacidade produtiva. Entretanto, ao contrário do investimento privado, ele é autônomo, pois depende da decisão das autoridades do governo de responder ou não a uma necessidade induzida pela expansão econômica. É, desta forma, uma variável política.

Podemos entender desta forma, que o setor público realiza investimentos, objetivando elevar a capacidade de produção, gerar mais empregos e assim fortalecer a economia. Daí a importância de uma boa execução desta política por parte do governo federal.

Analisemos macroeconomicamente: com a construção de um hospital, por exemplo, o governo está buscando ampliar a capacidade e qualidade nos serviços de atendimento de saúde, gerar novos empregos envolvendo profissionais de diversas áreas, além de criar demanda para a produção de novos equipamentos e insumos. Por isso dizemos que a política econômica de investimentos do governo federal é de fundamental importância para o crescimento econômico, e, conseqüentemente, para a otimização dos indicadores macroeconômicos do país, lembrando novamente que, essa combinação remete à melhoria na condição de vida de toda a população, e então a política atinge o seu objetivo.

Em 2007, o governo do presidente Lula criou uma nova denominação que passou a figurar com mais força em nome da política de investimentos. O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado no início de 2007, conforme Silva (2010, p. 7) registrou em sua obra:

O governo brasileiro em 22 de janeiro de 2007 lançou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC composto por um conjunto de medidas cujo objetivo é contribuir para a elevação das taxas de crescimento econômico do país, estando organizadas em 05 (cinco) blocos, a saber: investimento em infra-estrutura, do estímulo ao financiamento e ao crédito, da melhora do ambiente de investimentos, da desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e da adoção de medidas fiscais de longo prazo.

Desde então, a grande massa de investimentos realizada pelo governo federal, principalmente em infraestrutura, aparece com essa sigla como pano de fundo. O

lançamento do referido programa no início da segunda gestão do então Presidente da República não foi à toa, já que contemplava a previsão de gastos em investimento para os próximos quatro anos, tempo de seu mandato. No decorrer da execução do programa, os valores sofreram alterações, como podemos verificar no seguinte trecho de artigo de Cucolo; Rodrigues (2009, s. p.):

O governo federal aumentou em R\$ 142 bilhões o montante previsto para o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para as obras até 2010. Para o período pós 2010, foram acrescentadas obras que somam 313 bilhões. Com isso, o programa soma agora R\$ 1,14 trilhão, R\$ 455 bilhões a mais do que o previsto no lançamento, há dois anos.

No início, a previsão era de gastar R\$ 503,9 bilhões entre 2007 e 2010 e R\$ 189 bilhões a partir de 2010. Agora, os gastos serão de R\$ 646 bilhões e R\$ 502 bilhões, respectivamente.

Esse aumento que houve em relação ao que era previsto surgiu com a necessidade de se sustentar a economia em um período de crise. Com os investimentos, o governo injetou mais dinheiro na economia, dando sua contribuição para estimulá-la.

Ainda em 2010, a então Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Roussef lançava, juntamente com a sua candidatura à Presidência da República, o PAC 2, com previsões de investimentos ainda maiores para os próximos anos.

Com esse cenário desenhado, analisemos alguns registros sobre investimentos das mais diversas áreas pelo governo federal, buscando visualizar seus impactos na economia do país, e conseqüentemente no quadro socioeconômico.

Na seguinte reportagem publicada no portal da Revista Escola, Santomauro (2009, s. p.) revela que:

Em novembro, a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 determinou o aumento do orçamento do governo federal para o Ministério da Educação (MEC). Com o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU), a verba será ampliada gradualmente até 2011. A nova regra determina também a universalização da pré-escola e do Ensino Médio, tornando obrigatória a matrícula para crianças e jovens entre 4 e 17 anos. O prazo para as redes se adaptarem é 2016. "A intenção é que a nova verba seja aplicada nos programas de construção das escolas de Educação Infantil e de Ensino Médio profissionalizante, nos de formação inicial e continuada de professores", diz Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do MEC. Entenda o impacto das mudanças nos gráficos acima.

Através da análise desta publicação, conseguimos perceber a atuação da política fiscal, no que diz respeito à alocação de recursos com investimentos em educação, buscando assim, atender a demanda de uma necessidade básica da população. Vale ainda ressaltar que a demanda crescente da educação deve-se ao constante desenvolvimento que traz consigo a necessidade, cada vez maior, de conhecimento e acesso às novas tecnologias.

Erdei (2010, s. p.) traz a seguinte publicação:

O aumento no número de empregos tem sido uma forte bandeira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para promover o crescimento do país e de Dilma Rousseff, presidenciável do PT, nas pesquisas de intenções de votos. Obviamente, a ascensão de postos de trabalho criados não tem por esses os únicos objetivos, mas “serve” para tal, como é costumeiramente veiculado pela campanha da petista.

Alguns setores querem beber mais da fonte, como por exemplo, as indústrias de aplicativos e serviços de Tecnologia da Informação (TI). Nesta semana, os postulantes à sucessão presidencial e os candidatos aos governos estaduais receberão um documento que tem por finalidade endossar o desenvolvimento tecnológico no Brasil, o crescimento do emprego e a inclusão da nação tupiniquim no mercado internacional do setor.

O requerimento por meio do documento não é por acaso e nem mero luxo. Segundo o portal de Economia UOL, em 2009 a indústria dessa esfera faturou pouco mais de US\$ 22 bilhões, índice inferior em 2,4% em comparação à constatação de 2008 e o mais ameno da última meia década devido à valorização do dólar e a crise financeira mundial.

Outro intuito almejado pela esfera tecnológica é a aquisição e fusão de empresas brasileiras na tentativa de aumentar a competitividade perante as companhias estrangeiras, pois 94% dos empreendimentos locais são micro ou pequenos e somente 5% são considerados médios.

Este artigo nos permite visualizar vários outros aspectos, como os setores que são impactados pela política econômica de investimentos. À parte da sugestão politiquera, percebamos a abordagem do aumento no número de empregos como promoção do crescimento econômico do país. Percebamos ainda, como os investimentos do governo, neste caso, representam uma oportunidade de ganhos ao setor industrial privado, revelando um nicho de mercado a ser explorado. Por fim, essa publicação ainda nos mostra os novos rumos tomados pelos investimentos em razão do avanço do processo tecnológico dos últimos anos.

Outro setor que movimenta muito dinheiro, respondendo por uma grande fatia da economia no país é o dos esportes. Contudo, o desenvolvimento deste setor também está condicionado ao incentivo por parte dos investimentos do governo, conforme podemos constatar no seguinte artigo de Martins (2011, s. p.):

Sede dos jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, o Brasil vai investir pesado para melhor seu rendimento nas Olimpíadas. Para isso o governo federal triplicou a verba destinada aos atletas de alto rendimento. Se em 2010 foram gastos cerca de R\$ 68 milhões, em 2011 o valor vai superar os R\$ 210 milhões.

O dinheiro vai ser destinado às confederações, que terão a responsabilidade de manter as melhores condições para atletas e seleções. A Confederação Brasileiro de Voleibol, por exemplo, vai receber R\$ 9,5 milhões em 2011, que serão usados para a manutenção das seleções masculinas e femininas, além dos atletas que jogam na praia.

É importante salientar que, o esporte, além de movimentar muito dinheiro, acaba refletindo através do desempenho de seus atletas, com raras exceções, a condição socioeconômica de um país. Sim, pois os que alcançam os melhores resultados, quase sempre, são aqueles que dispõem de uma melhor estrutura para se prepararem para as competições.

Contudo, ao longo do tempo, a política de investimentos do governo federal também expôs muitos gargalos e pontos deficitários, como gastos desnecessários e mau uso dos recursos em escala de prioridades.

Em novembro de 2009, o “apagão” que atingiu dezoito estados brasileiros expôs um problema de equalização no que diz respeito à divisão dos recursos para investimentos. Desta forma, ao passo que sobram recursos em alguns setores, faltam em outros, como podemos visualizar na publicação de Pedrosa (2009, s. p.):

A maior parte das obras de infraestrutura energética previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está com o andamento satisfatório, segundo o oitavo Balanço do PAC, divulgado em setembro. Segundo o relatório, das 689 ações monitoradas, 18% já foram concluídas, 77% estão em ritmo adequado, 4% exigem atenção e apenas 1% está em situação preocupante.

Os investimentos do setor entraram na berlinda depois do apagão que deixou 18 Estados brasileiros às escuras na semana passada. Mas, segundo especialistas, a geração de energia no país é suficiente para manter as luzes acesas e os equipamentos funcionando. O gargalo está na transmissão. "O que aconteceu não foi falta de energia. Foi falta de

transmissão. É como ter uma caixa d'água cheia e morrer de sede porque não tem tubulação para receber a água", diz o professor do Departamento de Engenharia Elétrica da UFMG, Selênio Rocha Silva.

O problema é que a energia de Itaipu, que representa 20% do consumo do país, é produzida distante dos grandes centros consumidores, como São Paulo e Rio de Janeiro, e depende de extensas linhas de transmissão para chegar ao destino. O gargalo vai continuar mesmo depois de concluídas as obras do PAC, já que as maiores usinas em implantação estão na região Norte. É o caso de Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.300 MW), que ficarão prontas em 2012 e 2013, respectivamente. As duas usinas ficam em Rondônia. A usina de Belo Monte, ainda em fase de licenciamento, vai gerar 11.233 MW no Pará.

As obras em andamento do PAC garantirão 18,5 mil megawatts no sistema, a maior parte com previsão de começar a gerar de 2010 a 2013. Em transmissão, já foram concluídas sete linhas (1.537 km) e uma subestação, e foram iniciadas as obras de cinco linhas (642 km) e duas subestações. Os investimentos somam R\$ 1,557 bilhão.

Emergencial. Para os especialistas, o ideal seria uma solução emergencial para isolar o ponto com problemas e redirecionar a carga. "Tem responder rapidamente em caso de pane", diz o especialista no setor e diretor da Enercel Energia, Raimundo Batista. De acordo com ele, era muito difícil prever que três linhas de transmissão de Itaipu caíssem ao mesmo tempo. Essa é a causa mais provável do apagão.

Batista diz que o sistema suporta a saída de sua maior máquina, mas não da maior usina isoladamente. "Acidentes sempre podem ocorrer, mas tem que haver uma manobra para retomar rapidamente a interligação do sistema", diz o presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME), Márcio Damázio Trindade.

Investimentos. Claudio Salles, diretor do instituto Acende Brasil, destaca como principal gargalo a excessiva concentração na expansão do sistema interligado. "Tem sido colocado pelo governo que esta é a única alternativa viável para a expansão e isso está longe de ser verdade", afirma. Salles recomenda dois estágios de investimentos. O primeiro, defende, seria destinado a aumentar a velocidade da complementação da oferta de energia, com a geração térmica entrando com mais frequência.

O segundo estágio seria a incorporação da tecnologia alternativa, como, por exemplo, a que utiliza hidrogênio ou outros combustíveis. "Esse apagão é lamentável, mas pode ter servido como alerta, mostrando que nem tudo está indo tão bem quanto fazem supor os investimentos constantes no setor", disse, lembrando que o consumidor de energia paga anualmente R\$ 8 bilhões pelo transporte de energia em sua conta de luz. (Com agências)

Assim, precisa haver equilíbrio na divisão dos recursos e investimentos para que o crescimento econômico seja substancial e sustentável, evitando disparidades.

A seguinte publicação de Otta (2011, s. p.) nos revela tendências da política de investimentos, previstas pelo governo para o ano em curso:

Os investimentos do governo federal vão aumentar mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) este ano, afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. "Até o fim do ano, vamos ter crescimento forte", prometeu.

Ele disse que a taxa de expansão poderá superar o previsto, que é 10%. Os números registrados até o momento, porém, permitem concluir que o governo investe muito ou que investe pouco, dependendo do ângulo que se olhe.

De janeiro a abril, os investimentos somaram R\$ 13,4 bilhões. É um crescimento de 5% em comparação com igual período de 2010. De janeiro a março, porém, os investimentos estavam 9% acima de 2010. De janeiro a fevereiro, a diferença era de 25%. No mês de janeiro, isoladamente, os investimentos de 2011 foram 85% superiores aos de 2010. Os números mostram, portanto, uma perda de fôlego.

Augustin garantiu, porém, que essa não é uma tendência. "Isso vai se reverter, tenho absoluta tranquilidade", disse. Ele explicou que, no início de 2010, o governo liberou mais dinheiro para investimentos em Estados e municípios por causa do calendário eleitoral. Isso inflou a base de comparação, o que resulta em taxas menores de crescimento este ano.

O investimento parece baixo também quando se olha a execução do Orçamento de 2011. Os recursos previstos para os ministérios este ano praticamente não foram aplicados. Isso porque a maior parte do que vem sendo gasto até agora são restos a pagar de despesas contratadas em anos anteriores.

Dos R\$ 13,381 bilhões em pagamentos referentes a investimentos realizados pelo governo central até abril deste ano, apenas R\$ 685,808 milhões se referem a despesas do Orçamento deste ano. Os demais R\$ 12,695 bilhões são restos a pagar. Esse movimento é considerado normal pelo secretário. "Todo ano é assim", comentou.

PAC. A concentração de gastos em restos a pagar vem sendo objeto de críticas ao governo, mas o economista-chefe da corretora Convenção, Fernando Montero, as considera exageradas. "Os restos a pagar terminam uma ponte iniciada o ano anterior. O Orçamento inicia uma ponte este ano. Quando precisa segurar, segura o quê?"

Em meio à contenção de gastos, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) esbanja vigor. De janeiro a abril, foram gastos R\$ 7,559 bilhões, um crescimento de 39% sobre igual período em 2010. Os investimentos do PAC respondem por boa parte dos restos a pagar.

Desde o lançamento do programa, em 2007, os ministérios encarregados vêm fazendo empenhos (comprometendo recursos do Orçamento) mesmo no fim do ano, sabendo que a despesa passará para o ano seguinte.

É uma forma de garantir que os projetos não percam velocidade.

Segundo Augustin, os investimentos fora do PAC sofreram maior restrição no início do ano. Agora, eles tendem a crescer mais fortemente. / COLABORARAM RENATA VERÍSSIMO E EDUARDO RODRIGUES

Disto, podemos abstrair que a previsão do governo é de mais crescimento e desenvolvimento econômico para os próximos anos. Isso implica em surgimento de mais vagas de emprego das mais diversas áreas e especialidades, tanto nos órgãos públicos quanto nos privados, mais oportunidades para investidores e empresários participarem desta fatia do mercado, contribuindo para o crescimento econômico e obtendo lucros a partir de recursos advindos dos investimentos públicos e também

privados, além de impulsionar o avanço tecnológico por conta do aumento na demanda produtiva dos mais variados bens e serviços.

Por fim, a evolução constante e sustentada deste quadro, com o envolvimento consciente e responsável por parte de todos é capaz de alavancar o país rumo ao desenvolvimento e pleno bem-estar social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário apresentado neste trabalho nos revela que, ao profissional de Administração, cabe estar interado e atento ao quadro macroeconômico do país, pois dele emanam oportunidades, tanto de emprego quanto de negócios, além de informações que permitem às Organizações antever e reconhecer períodos de recesso e/ou próprios ao crescimento.

Seja atuando em Administração Pública, ou na condução de empresa privada, esse perfil profissional demanda cada vez mais conhecimentos que estejam relacionados a temas sociais, políticos e econômicos.

Desta forma, somente o Administrador que atender esse perfil terá condições de conduzir as Organizações ao pleno crescimento e desenvolvimento.

Do setor público (em especial o governo federal), espera-se seriedade, honestidade e gestão responsável das políticas econômicas, em especial dos recursos no que diz respeito a investimentos que de fato culminem em melhoria da condição de vida da população.

Por fim, constatamos que houve um crescimento nos investimentos do governo federal brasileiro nos últimos anos, que ocorreu paralelamente ao surgimento de novas demandas, necessidades e oportunidades advindas do avanço do processo tecnológico e científico que revolucionou o mercado global.

Nestes últimos anos, com uma alta arrecadação, e atrativo aos investidores de fora, o governo brasileiro se viu na obrigação de sustentar a economia interna, injetando constantemente dinheiro nesta, gerando desta forma, mais empregos, mais demanda produtiva e mantendo a economia aquecida em tempos de desenvolvimento.

Devemos considerar ainda o aumento significativo dos investimentos em infraestrutura realizados pelo governo federal, o qual gerou, inclusive, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

É a tudo isso que se deve o crescimento do setor de investimentos.

Nisto, esperamos para os próximos anos, mais crescimento e conseqüentemente mais oportunidades, oriundos de uma política de investimentos cada vez mais desenvolvida, atuante e transparente.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; GUIMARÃES, Ligia. **Brasil atraiu 4,3% do investimento externo global em 2010**. Disponível em <<http://www.guiame.com.br/v4/91804-1462-Brasil-atraiu-4-3-do-investimento-externo-global-em-2010.html>>. Acesso em 31/01/2011

BACHA, Carlos Jose Caetano. **Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

CLETO, Carlos Ilton; DEZORDI, Lucas. **Gestão Empresarial**. I. vol. Curitiba: Gazeta do Povo, 2002

COLITT, Raymond. **Brasil não limitará investimento externo em mineração**. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2011/02/04/brasil-nao-limitara-investimento-externo-em-mineracao.jhtm>>. Acesso em 07/02/2011

COLITT, Raymond; MURPHY Peter. **Brasil quer facilitar investimento externo em terras, diz ministro**. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios+agronegocio,brasil-quer-facilitar-investimento-externo-em-terras-diz-ministro,53332,0.htm>>. Acesso em 03/02/2011

CUCOLO, Eduardo; RODRIGUES Lorena. **Governo aumenta previsão de gastos do PAC em R\$ 455 bilhões**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u498690.shtml>>. Acesso em 30/05/2011

DANTAS, Fernando. **Avanços técnicos dão impulso às lavouras no País**. Disponível em <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100726/not\\_imp586104,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100726/not_imp586104,0.php)>. Acesso em 14/01/2011

DANTAS, Fernando. **Brasil tem um dos menores níveis de investimento público**. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.eagora.org.br/arquivo/brasil-tem-um-dos-menores-niveis-de-investimento-publico/>>. Acesso em 21/09/2010

ERDEI, Luiz Felipe T. **Setor de Tecnologia da Informação – Maiores Investimentos do Governo Brasileiro**. Disponível em <<http://www.bolsavalores.net/2010/08/27/setor-de-tecnologia-da-informacao-maiores-investimentos-do-governo-brasileiro/>>. Acesso em 02/06/2011

ESCÓSSIA, Carlos. **O que é Política Cambial?**. Disponível em <<http://www.carloescossia.com/2009/09/o-que-e-politica-cambial.html>>. Acesso em 22/01/2011

ESCÓSSIA, Carlos. **O que é Política Monetária?**. Disponível em <<http://www.carloescossia.com/2009/10/o-que-e-politica-monetaria.html>>. Acesso em 18/01/2011

ETCO. **ETCO e o Setor Público**. Disponível em <<http://www.etc.org.br/texto.php?SiglaMenu=PUB>>. Acesso em 31/01/2011

FELIPE, Maria Sueli Soares. **Desenvolvimento tecnológico e inovação no Brasil: desafios na área de biotecnologia**. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000200002)>. Acesso em 08/02/2011

FERREIRA, Marlos Vargas. **Finanças Públicas – 190 questões comentadas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

GARCIA, Manuel Enriquez; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos de economia**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOIS, Antônio. **Produção científica cresce 56% no Brasil**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u561181.shtml>>. Acesso em 08/02/2011

GORDON, Robert J; trad. Eliane Kanner. **Macroeconomia**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

JUOZAPAVICIUS, Nancy R. **O que é Política Fiscal?**. Disponível em <<http://consciencia-nan.blogspot.com/2009/02/o-que-e-politica-fiscal.html>>. Acesso em 12/01/2011

KHAIR, Amir. **Investimento X Custeio**. Disponível em <[http://www.oim.tmmunicipal.org.br/?pagina=detalhe\\_noticia&noticia\\_id=18112](http://www.oim.tmmunicipal.org.br/?pagina=detalhe_noticia&noticia_id=18112)>. Acesso em 01/06/2011

MAXIMO, Welton. **Investimentos do governo federal batem recorde**. Brasília. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/economia/investimentos-do-governo-federal-batem-recorde-em-julho>>. Acesso em 22/09/2010

MARTINS, Victor. **Governo Federal triplica investimentos em atletas por 2016.** Disponível em <http://esporte.ig.com.br/olimpiadas/governo+federal+triplica+investimento+em+atletas+por+2016/n1300099325228.html>. Acesso em 02/06/2011

MORAES, Antonio Ermírio de. **Somos todos responsáveis: De que tipo de juventude o Brasil precisa? De que tipo de país a juventude precisa?**. 1. ed. São Paulo: Editora Gente, 2007

OTTA, Lu Aiko. **Governo prevê forte alta de investimento.** Disponível em [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110527/not\\_imp724686,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110527/not_imp724686,0.php). Acesso em 29/05/2011

PEDROSA, Ana Paula. **PAC investe em geração, mas gargalo é transmissão.** Disponível em <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdNoticia=126741>. Acesso em 03/06/2011

PORTAL GLOBO. **Brasil tem maior alta em ranking de tecnologia na América Latina.** Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1097483-6174,00.html>. Acesso em 10/02/2011

REBOUÇAS, Fernando. **Política Cambial.** Disponível em <http://www.infoescola.com/economia/politica-cambial/>. Acesso em 22/01/2011

REBOUÇAS, Fernando. **Política Monetária.** Disponível em <http://www.infoescola.com/economia/politica-monetaria/>. Acesso em 18/01/2011

REIS, Cristina Fróes de Borja. **Investimento público e desenvolvimento econômico: análise aplicada ao Brasil entre 1950 e 2006, com base em uma perspectiva teórica Keynesiana e estruturalista.** Disponível em <http://criticaeconomica.wordpress.com/2008/05/15/investimento-publico-e-desenvolvimento-economico-analise-aplicada-ao-brasil-entre-1950-e-2006-com-base-em-uma-perspectiva-teorica-keynesiana-e-estruturalista/>. Acesso em 31/05/2011

REIS, Cristina Fróes de Borja. **O investimento público e o desenvolvimento econômico do Brasil.** Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/InvestimentoPublico-BIFJunho08-CReis.pdf>. Acesso em 18/01/2011

REVISTA VEJA. **Investimento externo no Brasil foi recorde em 2008**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/investimento-externo-registra-recorde>>. Acesso em 13/01/2011

SANTOMAURO, Beatriz. **Governo Federal investe mais em Educação e amplia a escolaridade obrigatória**. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/governo-federal-investe-mais-educacao-amplia-escolaridade-obrigatoria-dru-pre-escola-ensino-medio-517615.shtml>>. Acesso em 02/06/2011

SEABRA, Catia. **Governo Federal infla investimentos do PAC em São Paulo**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u620723.shtml>>. Acesso em 22/09/2010

SERRA, António M. de Almeida. **Políticas Econômicas de Desenvolvimento**. Disponível em <<http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/dcipedcap1.htm>>. Acesso em 05/01/2011

SILVA, Robert Sousa da. **PAC-Rio Anil: análise e implementação do programa**. 1. ed. São Luis: EDUFMA, 2010

XAVIER, Sandra. **Macroeconomia e Seus Indicadores**. Disponível em <<http://sxavier.wordpress.com/2007/06/25/macroeconomia-e-indicadores-macroeconomicos/>>. Acesso em 22/09/2010

WARTH, Anne. **Fiesp defende taxa de câmbio entre R\$ 2,00 e R\$ 2,20**. Disponível em <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/49284\\_FIESP+DEFENDE+TAXA+DE+CAMBIO+ENTRE+R+200+E+R+220](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/49284_FIESP+DEFENDE+TAXA+DE+CAMBIO+ENTRE+R+200+E+R+220)>. Acesso em 15/02/2011